

Texto apresentado em :

FLEURI, Reinaldo Matias. A escola que interessa à classe trabalhadora. Revista Educação Municipal. Maio, 1989; ano 2: 19-23.

REVISTA
**EDUCAÇÃO
MUNICIPAL**
ANO 2 Nº 4 MAIO 89

 **CORTEZ
EDITORIA**



ca Fleuri

Fleuri 617 e

Utopia da escola cidadã

3 Editorial

Expediente **4**

ESTUDOS E PESQUISAS

5 A escola cidadã:
uma utopia municipalista
Genuino Bordignon
Luiz S. Macedo de
Oliveira

14 A formação do educador
Nelson Piletti

A escola que interessa
à classe trabalhadora
Reinaldo Matias Fleuri **19**

24 Doutrinação e ensino
de ciências
Nicanor Palhares Sá

Exigências de uma nova
ordem educacional indígena
UNI e CIMI **27**

36 PRÁTICA PEDAGÓGICA
A dimensão educativa
do supervisor educacional
Alunos do Programa de
Estudos Pós-graduados em
Supervisão e Currículo da PUC-SP

Alfabetização — um
desafio escolar
Maria Tereza L. Cardoso **41**

45 Unidade teoria-prática
Ozir Tesser

A literatura infantil/juvenil
Nelly Novaes Coelho **55**

60 EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO
Educação municipal e poder popular
Moacir Gadotti

A municipalização do ensino:
avaliação preliminar
Lisete Regina Arelaro **67**

77 O popular na escola pública
Alberto Damasceno

UNDIME-SP: sua caminhada **81**
Cleiton de Oliveira

87 CPERS denuncia municipalização
do ensino no RS

91 Uma proposta de Estudos Sociais
Luiza Helena da S. Christov

107 PERFIL
Vida e obra O andarilho do óbvio **96**
Entrevista

POR DENTRO DA LEI

Artigos da nova Constituição
referentes ao **109**
ensino municipal

113 Elaboração do estatuto
do magistério municipal
— procedimentos básicos

EM MOVIMENTO

A ação da UNDIME no momento
pós-constitucional **123**

131 Alerta máxima para os
professores municipais

A ESCOLA QUE EU GOSTARIA PARA MEU FILHO

141 Como eu gostaria que fosse
Caio Graco da Silva Prado

A escola que interessa à classe trabalhadora

Reinaldo Matias Fleuri

1. Educar para quê?

Para se compreender que tipo de escola interessa à classe trabalhadora, é preciso explicitar o sentido da educação realizada atualmente na escola e, depois, verificar que tipo de educação precisa ser desenvolvida para que os interesses fundamentais da classe trabalhadora sejam atendidos. Para isso, vamos levantar algumas questões a respeito da prática pedagógica na escola e tentar respondê-las, tendo como referência a nossa própria prática.

A educação, assim como toda prática social, não é algo abstrato, nem uma coisa material. A educação é sempre resultante das relações entre as pessoas, tanto na escola, quanto no sindicato, na igreja, na família, na empresa... A primeira pergunta que podemos fazer neste contexto é a respeito do sujeito do processo pedagógico, ou seja, quem toma as decisões que direcionam a vida das pessoas nesses grupos sociais. Pois aqueles que participam efetivamente das decisões que orientam a prática coletiva farão prevalecer suas propostas, enquanto os que não interferem nessas decisões não têm como fazer valer seus interesses.

Aqui surge já uma segunda questão importante: *para que educar?* Ou seja, quais os objetivos perseguidos no processo pedagógico?

A resposta a esta questão determinará o enfoque da terceira: *como educar?* Quer dizer, quais os meios, as estratégias necessárias e adequadas para se atingir tais objetivos?

Ligada à questão da metodologia está a questão do que se chama de “conteúdo” da educação, ou seja, *o que é preciso conhecer?*

Um último aspecto se refere ao fator que garante a continuidade do processo pedagógico: a *avaliação*. E aqui é preciso perguntar o que significa avaliar, quais os critérios utilizados e o que se pretende reforçar no processo educativo.

As respostas a estas questões podem ser encontradas na própria prática. E como há práticas com diferentes sentidos, encontraremos diferentes maneiras de se responder às mesmas perguntas.

2. A escola que interessa à classe capitalista

Se a gente chegar numa sala de aula e perguntar: “quem é o *sujeito*, quem é que está dirigindo o processo educativo?”, a resposta será óbvia! É o professor, da mesma maneira que quem manda na escola é o diretor, na empresa é o patrão, no Estado é o governador, na família é o pai... é sempre o *chefe*, enfim.

Naturalmente, o que o chefe espera do subordinado, o que o professor espera do aluno é que este obedeça e se submeta às suas ordens. Podemos, então, dizer que o *objetivo* básico é a *submissão*. Os meios, os *métodos* geralmente utilizados para se conseguir a submissão se baseiam na *coerção*.

E o que é que se ensina em nossas escolas? Geralmente é o que outros, considerados sabidos, disseram ou escreveram. Trata-se de um *conteúdo* abstrato e alienado, porque desligado da vida e da prática das pessoas. E estas são obrigadas a aprendê-lo através de um sistema de controle de frequência às aulas e de atribuição de notas em que o critério básico de *avaliação* é a repetição: quem não repete o que professor diz, repete o ano.

A prática autoritária e alienante é contestada por aqueles que propõem um processo educacional em que se ensine o indivíduo a ser livre. Considera-se, então, que o *sujeito* da educação deve ser o próprio indivíduo. Seu objetivo, naturalmente, será o de se realizar como uma pessoa livre e autônoma. Logicamente, os seus *métodos* se basearão na livre iniciativa e o *conteúdo* a ser aprendido terá como referência sobretudo a experiência individual, não idéias abstratas enunciadas por outros. O *critério* mais importante segundo o qual cada um vai se avaliar neste processo será a satisfação própria: “estou gostando, portanto estou correto!”.

Este tipo de educação, geralmente chamado de “educação liberal”, pressupõe que o indivíduo deva ser educado para fazer tudo o que quiser da maneira que achar melhor. E poderíamos, então, perguntar: “quem é que, em nosso contexto, pode fazer sempre o que deseja?”.

É certo que a pessoa que depende de seu trabalho para sobreviver tem que dar duro na vida e não tem condições de realizar de maneira autônoma todos os seus desejos. Isto só é possível àqueles que não são obrigados a trabalhar duro porque vivem às custas de outros que trabalham por e para eles. Desta maneira, somente para os burgueses que são donos dos bens de produção e exploram o trabalho dos outros é realmente adequada a educação liberal.

De fato, a gente pode notar que, de um lado, existe uma linha de escolas para os pobres, os filhos de trabalhadores, que são educados para se submeter à dominação e à exploração. De outro lado, existem as escolas para os ricos, os filhos dos patrões, que são educados para mandar. Desta forma, a educação liberal não é de maneira alguma transformadora, como muitos acreditam. Ela é conservadora, porque serve para reproduzir e manter a atual estrutura social, na medida em que serve para educar a elite dirigente para mandar e explorar, da mesma forma que a educação autoritária serve para condicionar os trabalhadores a aceitarem submissamente o sistema de exploração que lhes é imposto. A educação liberal é, na realidade, contraponto da educação autoritária.

3. A escola que interessa à classe trabalhadora

Sabemos que o interesse principal dos capitalistas é acumular para si as riquezas produzidas pelos trabalhadores. Para fazer com que os trabalhadores aceitem ser explorados, além dos mecanismos de força do Estado, como as leis e a polícia, eles usam sobretudo mecanismos de persuasão, como os meios de comunicação e a escola. Desta maneira, a escola em nossa sociedade está toda ela montada para adaptar as pessoas ao sistema de exploração que, evidentemente, só interessa aos exploradores e não à classe trabalhadora. Desta maneira, só será possível realizar na escola um tipo de educação que interessa à classe trabalhadora na medida em que esta adquirir mais força do que a classe capitalista, de modo a fazer prevalecer seus interesses na organização social, inclusive no Estado e na escola.

Mas aí a gente se pergunta: que tipo de educação interessa à classe trabalhadora? Será possível, desde já, promover este tipo de educação em nossas escolas?

O tipo de educação que interessa à classe trabalhadora *já está sendo forjada pelos próprios trabalhadores através de suas lutas para resistir à exploração da classe dominante*. Para descobrir este tipo de educação basta observar a própria prática dos movimentos populares. E se a educação ocorre nas relações entre as pessoas, basta verificar como é que as pessoas se articulam e se organizam nos movimentos populares autênticos. Para isso, tentemos responder às mesmas perguntas levantadas no início, tomando como referência a prática de organização da classe trabalhadora que se desenvolve sobretudo nos movimentos populares.

Se a gente for ver como são tomadas as decisões que definem o rumo da prática dos movimentos populares, vamos perceber que estas decisões nascem geralmente da participação de todos. O *sujeito*, portanto, deste processo é propriamente um sujeito coletivo e não individual, como o chefe ou a pessoa isolada.

De modo geral, nos movimentos populares, os trabalhadores se organizam em torno de suas necessidades concretas. Seu *objetivo*, portanto, é basicamente o de compreender e resolver os problemas enfrentados.

E procuram fazer isso sobretudo mediante o debate, a discussão sobre os problemas que enfrentam na prática social em que estão envolvidos. Desta maneira, a *metodologia* se baseia no diálogo, cujo *conteúdo* são os problemas que emergem da prática social. Para reorientar a prática, continuamente estão verificando a relação entre o que estão pretendendo e o que estão fazendo, isto é, se a prática desenvolvida está permitindo a realização dos objetivos propostos. Nisto constitui justamente a *avaliação*, que se torna um fator importante de organização e direcionamento democrático do trabalho coletivo.

O processo de organização que ocorre nos movimentos populares já é, ele mesmo, o processo de educação próprio da classe trabalhadora. É, portanto, aí que encontraremos as indicações de como deve ser, também na escola, a educação que interessa à classe trabalhadora.

Este tipo de educação pressupõe que as pessoas, desafiadas pelos problemas comuns, se assumam como companheiras, unindo-se na busca de compreendê-los e na ação para resolvê-los. Os objetivos concretos serão definidos participativamente em base às necessidades comuns. Os métodos utilizados deverão sobretudo promover o diálogo sobre a prática. E a avaliação realizada continuamente pelo próprio grupo permitirá o redirecionamento da prática segundo as necessidades concretas de todos.

Para promover tal proposta de educação na escola tal como está organizada atualmente, encontramos sérios desafios.

Em primeiro lugar, a *estrutura burocrática* do sistema escolar, do Ministério da Educação à sala de aula, impõe um fluxo de relações autoritárias em que as decisões são tomadas e impostas de cima para baixo. O desafio, portanto, é o de lutar de todas as formas, aproveitando todas as brechas, para se instituir relações democráticas, em que o planejamento e a execução de todo trabalho, da sala de aula ao Ministério da Educação, sejam decididos e avaliados de modo participativo e democrático.

Em segundo lugar, toda a prática institucionalizada de produção e de divulgação do *conhecimento* em nossas escolas está baseada no falso pressuposto de que a prática, considerada como ação individual, precede a teoria, considerada como pura abstração. Mas, afirmar que a teoria tem precedência sobre a prática não passa de uma artimanha ideológica para justificar a relação autoritária em que um pensa e manda e outro só deve obedecer. Por isso, para construir uma sociedade democrática, é preciso desenvolver conhecimento crítico, em

que a teoria é elaborada a partir e em função da prática social, sendo avaliada também na prática. Isto implica em reelaborar todo o conhecimento, tomando como base sempre a prática social.

Em terceiro lugar, as *metodologias* predominantes tanto no ensino quanto na pesquisa geralmente reforçam as relações autoritárias e a aprendizagem alienada. É preciso, pois, inventar novas metodologias de educação adequadas para promover a participação e a aprendizagem crítica.

Em quarto lugar, muitas vezes a gente se deixa levar pela ilusão de que basta aplicar novas técnicas pedagógicas e realizar algumas experiências isoladas de participação para acreditar que realmente as coisas mudaram. E acontece que normalmente a estrutura burocrática mais ampla absorve estas experiências isoladas, servindo-se delas inclusive para camuflar e legitimar o autoritarismo vigente na escola. Por isso, é preciso criar articulações concretas *entre a escola e os movimentos populares*, de modo que estes possam interferir decisivamente na direção e na avaliação da escola. Sem esta articulação concreta, o sistema burocrático escolar tenderá a impor uma organização segundo os interesses da classe dominante e, portanto, contra os interesses concretos da classe trabalhadora.

Estes desafios estimulam a nós, trabalhadores em escolas, a assumirmos uma posição utópica. Utopia é entendida normalmente como “projeto irrealizável”. E realmente a proposta educacional gestada nos movimentos da classe trabalhadora pode ser irrealizável, de modo pleno, dentro da maioria de nossas escolas, devido aos obstáculos colocados pela sua atual estrutura burocrática. Mas esta proposta educacional representa sobretudo um “projeto” que, mesmo sendo irrealizável imediatamente em seu todo, nos anima e nos orienta a ir construindo, desde já, a escola que nos interessa como classe trabalhadora.

ESQUEMA

Diferenças entre propostas de educação na escola

Educação	Autoritária	Liberal	Libertadora
Sujeito (quem educa?)	chefe	indivíduo	grupo
Objetivo (para quê)	submissão	autonomia	participação
Método (como?)	coerção	livre iniciativa	diálogo
Conteúdo (o quê?)	teorias alienadas	experiências individuais	prática social
Avaliação (critério)	repetição	satisfação individual	organização

Reinaldo Matias Fleury é professor da UFUberlândia.